



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

- 2.1 - Plenário
- 2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA EM 11/8/2011

Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

José Henrique - Inácio Franco - Ana Maria Resende - Bruno Siqueira - Carlin Moura - Carlos Henrique - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Viana - Duarte Bechir - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - João Vítor Xavier - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Carlos Miranda - Marques Abreu - Neider Moreira - Paulo Lamac - Rogério Correia - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Vanderlei Miranda.

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as Deputadas e os Deputados para a ordinária de terça-feira, dia 16, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 16/8/2011.).

ATA DA 1ª REUNIÃO REGIONAL DA COMISSÃO DE CIPE RIO DOCE, EM 12/5/2011, NA 17ª LEGISLATURA

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Carlos Henrique e José Henrique, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Coordenador, Deputado Carlos Henrique, declara aberta a reunião e informa que, por se tratar da 1ª reunião da Comissão, não há ata a ser lida e informa que a reunião se destina a programar as atividades da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Carlos Henrique, Rosângela Reis e José Henrique, em que solicitam sejam realizadas audiências públicas em Municípios da Bacia do Rio Doce para debater a Deliberação Normativa do Copam nº 96/2006; os programas dos Governos Federal e Estadual em prol do saneamento básico municipal; a ampliação das áreas de vegetação nativa e de recuperação de áreas degradadas na Bacia do Rio Doce e iniciativas da Emater-MG, em ações de preservação ambiental; reunião para debater a situação da cobertura vegetal na Bacia do Rio Doce; os projetos e as iniciativas de entidades públicas e privadas que visam à ampliação das áreas de vegetação nativa, à recuperação ambiental de áreas degradadas e ao manejo integrado de sub-bacias no âmbito da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e o

aperfeiçoamento das formas de interação e cooperação entre entidades que atuam na melhoria das condições socioambientais da Bacia Hidrográfica do Rio Doce; reunião especial para eleição do Presidente e do Vice-Presidente para o biênio 2011-2012, e reunião para discutir a Agência de Bacia, a cobrança pelo uso da água e o Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce e os programas desenvolvidos pelo Ministério das Cidades e pela Funasa em prol do saneamento básico municipal; do Deputado Carlos Henrique em que solicita sejam realizadas audiências públicas nas cidades de João Monlevade, Ipatinga, Coronel Fabriciano, Timóteo, Itabira, Caratinga e Governador Valadares, para discutir medidas atenuantes dos efeitos de desastres hidrológicos decorrentes dos múltiplos usos das águas do Rio Doce e seus afluentes; do Deputado José Henrique em que solicita seja realizada audiência pública no Município de Aimorés para discutir a implementação do Parque Sete Salões; visita ao Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com o objetivo de apresentar os membros da Cipe Rio Doce e cobrar a implementação de sistema de alerta meteorológico e obter esclarecimentos sobre o andamento do processo de cobrança pelo uso da água. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de agosto de 2011.

Carlos Henrique, Coordenador - Hélio Gomes - Rosângela Reis.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 14/7/2011

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Carlin Moura e Duarte Bechir (substituindo este ao Deputado Antonio Lerin, por indicação da Liderança do Bloco Parlamentar Social), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Duarte Bechir, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado André Quintão (3) em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Meio Ambiente para debater, em audiência pública, a Criação do Parque Estadual Serra de Santa Helena, no Município de Sete Lagoas; seja realizada reunião de audiência pública para comemorar os 21 anos de fundação da Associação de Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte - Asmare -, os 10 anos de fundação do Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável - Insea - e do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR - e debater o papel dessas entidades na defesa dos direitos dos catadores e do reconhecimento de seu trabalho como agentes ambientais empreendedores urbanos, sempre com foco nas ações que buscam desenvolvimento e inclusão social (por solicitação do Insea); seja realizada reunião de audiência pública para comemorar os 10 anos do Fórum Estadual do Lixo e Cidadania e os 10 anos do Festival Lixo e Cidadania e para debater desenvolvimento sustentável, multiculturalismo, empreendedorismo e educação ambiental (por solicitação do Centro Mineiro de Referência em Resíduos); do Deputado Carlin Moura em que solicita seja realizada reunião conjunta com as Comissões de Administração Pública e de Segurança Pública, no Município de Montes Claros, com a finalidade de discutir assuntos de interesse dos Agentes de Segurança do Sistema Prisional e Socioeducativo do Norte de Minas, em especial no que se refere à política remuneratória e planos de carreira da categoria (por solicitação da Associação dos Agentes de Segurança do Sistema Prisional e Socioeducativo do Norte de Minas). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de agosto de 2011.

André Quintão, Presidente - Carlin Moura - Luiz Henrique.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 14/7/2011

Às 16h4min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Antônio Carlos Arantes, Fabiano Tolentino e Rômulo Viegas, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rômulo Viegas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Suspende-se a reunião às 16:10 para entendimentos. Reabertos os trabalhos às 18h15min, registra-se a presença do Deputado Romel Anízio. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projeto de Lei nºs 636/2011 em 2º turno (Rômulo Viegas); 1.017/2011 em 1º turno (Fabiano Tolentino); e 1.936/2011 em turno único (Rômulo Viegas). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei 636/2011 em 2º turno (Relator: Deputado Rômulo Viegas), na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos dos Deputados Rogério Correia em que solicita seja realizada audiência pública para apresentação do Projeto Nutre Minas, desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário; Antônio Carlos Arantes e Fabiano Tolentino em que solicitam seja encaminhado ofício ao Sr. Pedro Meneguetti, Subsecretário da Receita Estadual, solicitando a concessão de regime especial para as cooperativas de leite, no âmbito da Associação de Cooperativas de Leite no Sudoeste Mineiro - Minas Leite; Antônio Carlos Arantes em que solicita seja

formulado voto de congratulações com o Sr. Roberto Simões, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais, pelos 60 anos de sua fundação; Romel Anízio (3) em que solicita seja formulado voto de congratulações com os Srs. José Alves Camargos e Jair Alves Camargos, produtores rurais do Município de Ituiutaba, pela homenagem que receberam da Faemg, por terem figurado entre os dez melhores produtores rurais do Estado; seja formulado voto de congratulações com o Sr. Romildo Fernandes, produtor rural, pelo sucesso na produção de uva e banana no Município de Capinópolis; e seja formulado voto de congratulações com o Sr. Romes Gouveia Bastos, Presidente do Sindicato Rural de Ituiutaba, pela homenagem que receberam da Faemg, na oportunidade da entrega da Medalha do Mérito Rural. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de agosto de 2011.

Fabiano Tolentino, Presidente - Romel Anízio- Rômulo Viegas- Doutor Viana.

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 2/8/2011

Às 15h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Marques Abreu, Fabiano Tolentino e Gustavo Perrella, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Marques Abreu, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fabiano Tolentino, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão. e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no “Diário do Legislativo”, na data mencionada entre parênteses (14/7/2011). O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projeto de Lei nºs 1.767/2011, em turno único (Deputado Tadeu Martins Leite), 1.840/2011, em turno único (Deputado Fabiano Tolentino), 30/2011 e 1.942/2011, em turno único, e 881/2011, no 1º turno (Deputado Adelmo Carneiro Leão), 1.316/2011 e 1.612/2011, em turno único (Deputado Marques Abreu), 639/2011 e 1.851/2011, em turno único (Deputado Gustavo Perrella). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.384/2011, 1.398/2011, 1.448/2011 e 1.499/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Marques Abreu, Tadeu Martins Leite, Fabiano Tolentino, Adelmo Carneiro Leão, Gustavo Perrella em que solicitam ao Presidente desta Casa a inclusão, na programação da TV Assembleia, de cobertura dos Jogos Escolares de Minas Gerais – Jemg- e dos Jogos do Interior de Minas – Jimi - e de campanhas publicitárias com o objetivo de incentivar a prática esportiva, compreendida como instrumento de promoção da vida saudável. A Presidência recebe, para posterior apreciação, requerimentos dos Deputados Marques Abreu, Tadeu Martins Leite, Fabiano Tolentino, Adelmo Carneiro Leão, Gustavo Perrella em que solicitam seja elaborada agenda de atividades desta Comissão, com os eventos e temas constantes no Anexo, de modo a dar prosseguimento às sugestões colhidas durante a realização do Fórum Democrático para Desenvolvimento de Minas Gerais, com vistas ao aperfeiçoamento das políticas públicas de esporte e juventude do Estado; seja encaminhado ofício Secretária de Estado de Educação solicitando informação referente ao número de quadras poliesportivas e equipamentos esportivos existentes nas escolas públicas estaduais de Minas Gerais, indicando o endereço da unidade e a situação física deles, bem como os eventuais projetos de recuperação, construção ou instalação; seja encaminhada correspondência às instituições públicas, federações esportivas, Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – Fiemg -, Associação Comercial de Minas Gerais – ACMG - e a outros interessados, instruindo sobre a publicação da cartilha “Lei de incentivo ao esporte”, constante no “site” da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, com vistas a promover campanha orientadora sobre as formas de captação de recursos materiais e financeiros públicos para a realização de projetos esportivos. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de agosto de 2011.

Marques Abreu, Presidente - Fabiano Tolentino - Tadeu Martins Leite.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 3/8/2011

Às 9h3min, comparece na Sala das Comissões o Deputado Durval Ângelo, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscrive. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir as violações de direitos humanos dos moradores atingidos pelas atividades da Usina Hidrelétrica de Candonga, no Município de Santa Cruz do Escalvado, e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Deputado Antônio Júlio, Líder da Minoria, encaminhando documento subscrito pelo Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Martinho Campos em que relata a insegurança pública em que se encontra a população e solicitando o apoio desta Comissão para solução do problema; Gabriel Silva Ribeiro, Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos (substituto), comunicando o recebimento do Ofício nº 1.211/2011/SGM, que lhe encaminhou as notas taquigráficas da 22ª Reunião Extraordinária desta Comissão; Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça, comunicando que recebeu o Ofício nº 1.611/2011/SGM e que o encaminhou à Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos da Capital, para tomada de providências; Cel. PM Hebert Fernandes Souto Silva, Corregedor da PMMG, prestando informações sobre os fatos envolvendo militares estaduais lotados no Município de João Pinheiro; Márcio Tadeu Scoralick, encaminhando a esta Comissão, para



tomada de providências, denúncia de violação de direitos humanos contra ele cometida pela ONG Valorizar, sediada nesta Capital; Ten.-Cel. PM Edvanio Rosa Carneiro, comunicando que a polícia militar, mediante requisição do Poder Judiciário de Itabira, procederá à remoção compulsória das famílias que invadiram o aglomerado Drummond, situado na zona urbana desse Município; e de correspondência publicada no “Diário do Legislativo”, na data mencionada entre parênteses: ofícios das Sras. Scheilla Samartini Gonçalves, Superintendente da Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana da Secretaria de Meio Ambiente; Riza Aparecida Nery, Juíza de Direito Auxiliar da 5ª Vara da Fazenda Pública Estadual e Autarquias; Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Casa Civil; Renata Vilhena, Secretária de Planejamento; Gilda Alves Correia, Coordenadora da Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde de Uberlândia; dos Srs. Lafayette de Andrada, Secretário de Defesa Social; Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça; Cláudio Renato dos Santos Costa, Presidente do TJMG; Jorge Luiz Paradela Cunha, Diretor Executivo de Engenharia e Gestão Predial do TJMG; João Octacílio Silva Neto, Delegado Regional de Polícia Civil; Fernando Teixeira Frota Soares, Corregedor da Secretaria de Defesa Social; Cel. PM Hebert Fernandes Souto Silva, Corregedor da PMMG (2); Eduardo Soares Leal, Delegado Federal do Desenvolvimento Agrário de Minas Gerais; Alte Saturno Evangelista Zylberberg, Diretor Industrial da Indústria de Material Bélico do Brasil; Sandro José Neis, Corregedor Nacional do Ministério Público (2); Rodrigo Filgueira de Oliveira, Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos (3); José Ricardo dos Santos de Freitas Vêras, Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça (14/7/2011); da Sra. Júnia Soares Nader, Procuradora-Chefe em exercício da Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região; dos Srs. Antonio Augusto Junho Anastasia, Governador do Estado; Fernando Teixeira Frota Soares, Corregedor da Secretaria de Defesa Social; Guilherme Augusto de Faria Soares, Superintendente de Atendimento ao Preso da Secretaria de Defesa Social; Elder Gonçalo M. Dangelo, Subcorregedor de Polícia Civil; Maj. PM Wanderson Santiago Barbosa, Comandante da 22ª Companhia Independente da PMMG; Cel. PM Divino Pereira de Brito, Chefe da Assessoria Institucional da PMMG; Aelton Freitas e Bonifácio de Andrada, Deputados Federais; Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça do Estado (4); Aurélio José Lara, Vice-Presidente do Crea-MG; Lafayette de Andrada, Secretário de Defesa Social; Cláudio Renato dos Santos Costa, Presidente do Tribunal de Justiça (30/7/2011). A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Nívea Soares da Silva e Maria Albanita Roberta de Lima, respectivamente Subsecretárias de Assistência Social e de Projetos Especiais da Sedese; os Srs. Gilmar de Paula Lima, Prefeito Municipal de Santa Cruz do Escalvado; Leonardo Sorbliny Schuchter, Superintendente Regional de Regularização Ambiental na Zona da Mata; José Antonio dos Santos, representante da Associação dos Atingidos pela Usina Hidrelétrica de Candonga; Padre João, Deputado Federal, que são convidados a tomar assento à mesa. O Deputado Durval Ângelo, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Registra-se a presença dos Deputados Duarte Bechir e Celinho do Sinttrocel (substituindo o Deputado Paulo Lamac, por indicação da Liderança do Bloco Minas sem Censura). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Rogério Correia e Celinho do Sinttrocel (5) em que solicitam sejam encaminhados ao Conselho Nacional de Defesa dos Direitos Humanos e à Procuradoria-Geral de Justiça as notas taquigráficas da 41ª Reunião Extraordinária desta Comissão e pedido de providências para vistoriar o sistema da Guarda Municipal de Belo Horizonte, considerando-se denúncias sobre violações de direitos humanos e sobre processo de militarização nessa Corporação e para que seja avaliada a possibilidade de a Procuradoria-Geral de Justiça do arguir a inconstitucionalidade do Estatuto da Guarda Municipal, considerando-se as citadas denúncias; sejam encaminhados à Polícia Federal, à Senasp, ao Ministério da Justiça e à Controladoria-Geral da União as notas taquigráficas acima citadas e pedido de providências para averiguar possíveis violações de direitos humanos e irregularidades na utilização de dinheiro na Prefeitura de Belo Horizonte, estando essas irregularidades relacionadas com denúncias de militarização e uso de recursos pela Guarda Municipal; sejam encaminhados à Corregedoria de Polícia Militar as referidas notas taquigráficas e pedido de providências para que seja apurada a conduta do Ten. PM Daniel Prado durante o episódio ocorrido em 27/7/2011 na sede da Prefeitura de Belo Horizonte, quando, conforme denúncias, guardas municipais teriam sido retirados com uso de força durante a realização de um protesto, ocasionando a violação dos direitos humanos desses profissionais; seja encaminhado ao Procurador-Geral de Justiça pedido de providências para agilizar a apuração das denúncias sobre possíveis irregularidades no uso de recursos públicos na Guarda Municipal de Belo Horizonte; sejam encaminhados ao Prefeito Municipal de Belo Horizonte as referidas notas taquigráficas e pedidos de providências para que evite possíveis retaliações ou punições aos guardas municipais envolvidos no episódio ocorrido na sede da Prefeitura em 27/7/2011, quando esses profissionais protestaram contra demissões e irregularidades ocorridas na Guarda Municipal, bem como aos guardas municipais que participaram da audiência pública realizada em 2/8/2011 por esta Comissão; Durval Ângelo (2) em que solicita sejam encaminhados à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad - e ao Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais - Copam - as notas taquigráficas desta reunião e pedido de providências para a fiscalização do cumprimento das condicionantes ainda não atendidas pelo Consórcio Candonga no que se refere à Usina Hidrelétrica de Candonga Risoleta Neves; sejam encaminhadas as notas taquigráficas desta reunião aos seguintes órgãos: Semad; Copam; Conselho Estadual de Assistência Social; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social; Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; Ministério de Minas e Energia; Agência Nacional de Energia Elétrica; Prefeitura de Santa Cruz do Escalvado; setor de meio ambiente e patrimônio cultural da Procuradoria da República no Estado; juízo e promotoria da 2ª Vara Cível de Ponte Nova; relatoria do Processo nº 1.0521.04.032.157-7/006, da 8ª Câmara Cível do TJMG. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de agosto de 2011.

Durval Ângelo, Presidente - Sargento Rodrigues - Liza Prado.



ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 3/8/2011

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Hely Tarquínio, Adelmo Carneiro Leão, Doutor Wilson Batista e Neider Moreira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Adelmo Carneiro Leão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento de ofício do Sr. Elmiro Nascimento, Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicado no "Diário do Legislativo" de 14/7/2011. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 903/2011, para o qual designou relator o Deputado Hely Tarquínio. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.677/2011, que recebeu parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 1.235/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Hely Tarquínio, Carlos Mosconi, Adelmo Carneiro Leão, Doutor Wilson Batista, Antônio Lerin e Bosco, em que solicitam seja realizada visita ao Hospital Dr. Hélio Angotti, no Município de Uberaba, a fim de conhecer a realidade e as atividades desenvolvidas pela referida instituição; Carlos Mosconi (2), em que solicita sejam realizadas audiências públicas para debater irregularidades no funcionamento das seguintes instituições: Hospital São Bento, Hospital Santana, Hospital SOS Medicina e Cirurgia de Urgência Ltda., Santa Casa de Misericórdia de Sabará e Fundação Hilton Rocha; e a necessidade de as operadoras de planos de saúde reajustarem os valores pagos a profissionais e empresas prestadoras de serviços de fisioterapia e terapia ocupacional; Maria Tereza Lara, em que solicita seja realizada reunião no Município de Prudente de Morais para debater, em audiência pública, os impactos na saúde dos moradores e no meio ambiente do Município, produzidos pelas atividades da empresa Incineração e Controle Ambiental; Pompílio Canavez, Liza Prado e Almir Paraca, em que solicitam seja realizada reunião conjunta com as Comissões de Segurança Pública e de Assuntos Municipais e Regionalização, a fim de debater a prevenção ao uso de drogas, especialmente oxi e crack, bem como o tratamento de dependentes; Luiz Carlos Miranda, em que solicita seja realizada reunião no Município de Teófilo Ottoni para debater, em audiência pública, os problemas de saúde que afetam a macrorregião; Celinho do Sinttrocel (2), em que solicita sejam realizadas audiência pública para discutir a situação do Hospital Siderúrgica - Associação Beneficente de Saúde de São Sebastião, no Município de Coronel Fabriciano; e visita técnica ao Hospital Siderúrgica; Rosângela Reis, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a crise financeira enfrentada pelo Hospital Siderúrgica; Liza Prado (2), em que solicita sejam realizadas audiência pública para discutir assuntos relacionados a políticas públicas no Estado, integrativas e complementares, voltadas para a medicina alternativa, buscando integrar os planos de saúde, convênios, as minorias sem alternativas e a assistência a pacientes de urgências e emergências em geral; e reunião para debater a utilização do anticorpo, produzido em laboratório, que "defende" pulmões de bebês contra o Vírus Sincicial Respiratório; Liza Prado, Almir Paraca e João Leite, em que solicitam seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para debater, em audiência pública, a prevalência, o tratamento e a política para doenças transmissíveis por condições sanitárias, com a participação das autoridades estaduais coordenadoras do combate a essas doenças. Ato contínuo, são recebidos pela Presidência, para serem apreciados em reunião posterior, requerimentos dos Deputados Fred Costa, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a situação do Hospital Sofia Feldman, em Belo Horizonte; João Leite, em que solicita seja realizada reunião para debater a esclerose lateral amiotrófica; e Adelmo Carneiro Leão, em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Segurança Pública para discutir, em audiência pública, o Projeto de Lei nº 1.133/2011, que institui a Política de Saúde Mental para os Agentes de Segurança Penitenciária e dá outras providências. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de agosto de 2011.

Carlos Mosconi, Presidente - Hely Tarquínio - Doutor Wilson Batista - Adelmo Carneiro Leão - Neider Moreira.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 3/8/2011

Às 10h1min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Bosco, Dalmo Ribeiro Silva, Carlin Moura e Neilando Pimenta, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Bosco, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: do Sr. Luiz Carlos Pinto, Prefeito Municipal de Caxambu; da Sra. Maria Sueli de Oliveira Pires, Chefe de Gabinete de Educação do Governo do Estado; da Sra. Maria das Graças Gomes, Diretora da Escola Estadual de Jaguaritira; do Sr. João Aurélio Tabosa; da Sra. Márcia Luíza Vilela Terra, Secretária-Geral da Câmara Municipal de Varginha; do Sr. Saulo Clementino Martins Filho (14/7/2011); e do Sr. João dos Reis Canela, Reitor da Unimontes. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 119 e 349/2011, no 1º turno (Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 692/2011, no 2º turno, e 780 e 1.617/2011, no 1º turno (Deputado Paulo Lamac); 479 e 828/2011, no 1º turno, (Deputado Neilando Pimenta); 466, no 2º turno, e 698 e 1.368/2011, no 1º turno, (Deputado Carlin Moura); 1.169/2011, no 1º turno (Deputado Bosco). Nesse momento, retira-se da reunião o Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário.

Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, o parecer pela aprovação com a Emenda nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça, do Projeto de Lei nº 1.323/2011 (relator: Deputado Carlin Moura), e, em 1º turno, o parecer pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, do Projeto de Lei nº 302/2011 (relator: Deputado Bosco). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 844 e 1.668/2011, que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.140, 1.141, 1.148, 1.196, 1.239 e 1.243/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Adelmo Carneiro Leão em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas para debater a precariedade do sistema de transporte escolar no Estado. São recebidos pela Presidência requerimentos da Deputada Liza Prado em que solicita seja realizada reunião com convidados para discutir a questão da merenda escolar da rede estadual de ensino do Município de Uberlândia e avaliar as reais condições de preços e propostas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - aos produtores cadastrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf -; e do Deputado Antônio Júlio em que solicita sejam realizadas visitas às escolas da rede pública estadual selecionadas para participar do Projeto Educacional Professores da Família. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de agosto de 2011.

Dalmo Silva Ribeiro, Presidente - Carlin Moura - Neilando Pimenta.

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 3/8/2011

Às 14h1min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Doutor Viana, Ulysses Gomes e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. Suspende-se a reunião. Às 14h12min são reabertos os trabalhos com a presença dos Deputados Doutor Viana, Gustavo Perrella, João Vítor Xavier, Ulysses Gomes e Duarte Bechir (substituindo o Deputado Romel Anízio, por indicação da Liderança do BPS). A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no “Diário do Legislativo”, na data mencionada entre parênteses: ofícios da Sra. Renata Vilhena, Secretária de Planejamento; e dos Srs. Antonio José Gonçalves Henriques, Diretor Executivo do Fundo Nacional de Assistência Social; Daniel Silva Balaban, Presidente do FNDE; e Humberto Miranda Cardoso, Diretor de Gestão Interna do Ministério da Cultura (14/7/2011); Daniel Silva Balaban, Presidente do FNDE (3.949); João Marcelo Intini, Diretor do Departamento de Apoio à Produção Familiar e ao Acesso à Alimentação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Rômulo Martins de Freitas, Superintendente Regional da CEF; e Luciano Rezende, Presidente da Comissão Especial das Taxas sobre Terrenos de Marinha da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo; e da Sra. Luzia Guedes da Silva Mendes, Coordenadora-Geral de Convênios do Ministério do Desenvolvimento Agrário (30/7/2011). A seguir, faz a leitura da comunicação do Deputado Antônio Júlio de que estará fora do País no período de 3 a 12/8/2011. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, no 1º turno, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 25, 58 e 811/2011 (Deputado João Vítor Xavier); 255, 773 e 1.283/2011 (Deputado Zé Maia); 524 e 606/2011 (Deputado Romel Anízio); 779, 897 e 1.025/2011 (Deputado Doutor Viana); 1.024, 1.069 e 1.119/2011 (Deputado Antônio Júlio) e 1.079 e 1.268/2011 (Deputado Ulysses Gomes). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei Complementar nº 7/2011 e os Projetos de Lei nºs 1.024, 1.069 e 1.119/2011 são retirados de pauta, o primeiro, por determinação do Presidente da Comissão por não cumprir pressupostos regimentais e os outros, atendendo-se a requerimento do Deputado Antônio Júlio, aprovado pela Comissão. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 25/2011 na forma do Substitutivo nº 1; 577/2011; 578 e 811/2011 na forma dos Substitutivos nºs 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado João Vítor Xavier); 606/2011 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Saúde (relator: Deputado Duarte Bechir, em virtude de redistribuição); 779 e 897/2011 na forma dos Substitutivos nºs 1, da Comissão de Constituição e Justiça; 1.025/2011 na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Saúde (relator: Deputado Doutor Viana); e 1.378/2011 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Gustavo Perrella, em virtude de redistribuição). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 58/2011, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, Deputado João Vítor Xavier. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.229 e 1.232/2011. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de agosto de 2011.

Zé Maia, Presidente - Ulysses Gomes - Sebastião Costa - Romel Anízio.



ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 8/8/2011

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Elismar Prado, Rômulo Veneroso e Luiz Henrique, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, a Deputada Liza Prado. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rômulo Veneroso, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir a implementação do Conselho Estadual de Política Cultural de Minas Gerais, criado pela Lei Delegada nº 180, de 20/1/2011. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Fernanda Medeiros Azevedo Machado, Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado de Cultura, representando a Sra. Eliane Parreiras, Secretária de Estado de Cultura; e Magdalena Rodrigues da Silva, Presidente do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de Minas Gerais; e os Srs. Rômulo Duque, Presidente do Sindicato dos Produtores de Artes Cênicas de Minas Gerais; Pedro Paulo Cava, Diretor do Teatro da Cidade; Makely Ka, Presidente da Cooperativa de Música de Minas - Comum -; Leonardo Lessa, ator do Grupo Teatro Invertido e integrante do Movimento Nova Cena; Mauro Werkema, jornalista; e Amilcar Viana Martins Filho, Diretor-Curador da Coleção Mineiriana do Instituto Cultural Amilcar Martins, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra à Deputada Luzia Ferreira, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião, passa à 3ª Fase da Ordem do Dia, que compreende a discussão e votação de proposições da Comissão, e recebe requerimentos de autoria da Deputada Luzia Ferreira e do Deputado Elismar Prado (2), para posterior apreciação, em que solicitam sejam enviados ofícios ao Governador do Estado para que, no processo de definição dos representantes da sociedade civil para compor o Conselho Estadual de Política Cultural, seja referendada a escolha de cada uma das áreas artístico-culturais, com a designação do candidato mais votado em cada uma delas para membro efetivo do referido Conselho, e ao Governador do Estado e à Secretária de Estado de Cultura solicitando a reavaliação da composição do Conselho Estadual de Política Cultural, bem como o sistema de lista tríplice para designação de seus membros, que são representantes da sociedade civil, para a próxima composição do Conselho. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e dos demais participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de agosto de 2011.

Elismar Prado, Presidente - Luzia Ferreira - Carlos Mosconi.

ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 9/8/2011

Às 9h41min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A seguir, informa que a reunião se destina a obter esclarecimentos sobre a recusa do Delegado João Maurício Penna Lamounier em receber, no dia 28/7/2011, ocorrência policial encaminhada a ele no Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional – CIA – e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Marinez da Silva Santos, vítima; e os Srs. Anderson Alcântara Silva Melo, Subcorregedor da Polícia Civil, representando Cylton Brandão da Matta, Delegado-Geral da Polícia e Corregedor da Polícia Civil; 3º-sgt Paulo Henrique Silva Bonfim, do 4º Pel PM / 15ª Cia Esp / 49º BPM; Sd. PM Taciano Jerônimo de Oliveira, do 1º Pel PM Esp/ 15ª Cia Esp / 49º BPM; Sd. PM Eduardo Henrique Mendes Campos, do Pel PM/ 15ª Cia Esp / 49º BPM; 1º-Sgt PM Renato Ferreira dos Santos, do 41º BPM; Cb. PM Jenair Paulo Leite, do 1º Pel PM/ 15ª Cia Esp / 49º BPM; Sd. PM Luciano Antônio da Silva, 5º Pel PM/ 15ª Cia Esp / 49º BPM; Sd. PM Thiago Nicodemos Rufino Corrêa, da Coordenadoria de Cursos - CFS/CFAS; Sd. PM Eder Lessa Felipe, 3º Pel PM/ 15ª Cia Esp / 49º BPM; 1º-Sgt PM Marcos Antônio Martins Fonseca, 6º Pel PM/ 15ª Cia Esp / 49º BPM; 3º-Sgt PM Pedro Henrique Lacerda de Oliveira, Cia Tático Móvel / 49º BPM; João Maurício Penna Lamounier, Delegado titular da 4ª Delegacia de Plantão DOPCAD/CIA; Leonardo Vieira Dias, Delegado-Chefe do Departamento de Investigação, Orientação e Proteção à Família e ao Menor, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Foram recebidos pela Presidência documentos do Delegado João Maurício Penna Lamounier, relativos aos plantões dos dias 28/7/2011 e 6/8/2011, e do Subtenente Luiz Gonzaga Ribeiro, Coordenador da Comissão de Direitos Humanos da Aspra, contendo denúncia formulada à Controladoria-Geral do Estado sobre infratores que, após soltura, passaram a ameaçar os policiais militares autores das prisões. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de agosto de 2011.

João Leite, Presidente - Sargento Rodrigues - Tadeu Martins Leite.



ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 10/8/2011

Às 10h6min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Carlin Moura e Neilando Pimenta, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de ofício da Sra. Débora Maria David Luz, Presidente em exercício do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte - CMDCA-BH -, publicado no "Diário do Legislativo" em 30/7/2011. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 1.220/2011, no 2º turno, do qual foi designado relator o Deputado Carlin Moura. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 466/2011, na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Carlin Moura); e pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 186/2011 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva) e 818/2011 (relator: Deputado Neilando Pimenta), ambos na forma do Substitutivo nº 2, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça; 853/2011 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em virtude de redistribuição) e 1.227/2011 (relator: Deputado Carlin Moura), ambos na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça; e os pareceres pela rejeição, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 173 e 1.368/2011 (relator: Deputado Carlin Moura). O Projeto de Lei nº 479/2011 (relator: Neilando Pimenta) é convertido em diligência à Universidade do Estado de Minas Gerais - Uemg -, à Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes -, à Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais - Utramig -, à Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais - ESP -, à Fundação Helena Antipoff - FHA -, e à Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho. Registra-se a presença da Deputada Liza Prado. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 544, 593 e 1.803/2011, que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.270 e 1.285/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Liza Prado (2) em que solicita seja realizada reunião com convidados para discutir a questão da merenda escolar da rede estadual de ensino do Município de Uberlândia e avaliar as reais condições de preços e propostas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - aos produtores cadastrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura, e seja alterado o calendário dos encontros regionais do Fórum Técnico Segurança nas Escolas, realizado por esta Casa; do Deputado Fred Costa em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir a educação infantil nos Municípios de Belo Horizonte, Betim, Contagem e Ribeirão das Neves (registra-se o voto contrário do Deputado Carlin Moura); e do Deputado Antônio Júlio em que solicita sejam realizadas visitas às escolas da rede pública estadual selecionadas para participar do projeto educacional Professores da Família. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de agosto de 2011.

Bosco, Presidente - Carlin Moura - Dalmo Ribeiro Silva - João Vítor Xavier.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 65ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 16/8/2011

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 637/2011, da Comissão de Política Agropecuária, que solicita seja encaminhado à Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária pedido de providências para que, a cada 120 dias, seja enviado a essa Comissão relatório relativo às ações do Programa de Crédito Fundiário. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.



Votação do Requerimento nº 646/2011, do Deputado Marques Abreu, que solicita seja encaminhado ao Presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre os projetos em execução de recuperação e monitoramento da Lagoa da Pampulha, sobre o montante e a fonte dos investimentos previstos, bem como sobre a fase atual das obras. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 710/2011, da Comissão de Defesa do Consumidor, que solicita seja encaminhado ao Presidente da Cemig pedido de providências para que envie a essa Comissão levantamento detalhado das famílias de baixa renda contempladas com o benefício da Tarifa Social de Energia Elétrica, instituída pela Lei nº 12.212, de 2010. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 711/2011, da Comissão de Defesa do Consumidor, que solicita seja encaminhado à Cemig pedido de informações sobre o número de consumidores que se recadastraram mês a mês, até o fim do prazo estabelecido pela legislação para tal recadastramento, com o objetivo de fazer jus à Tarifa Social de Energia Elétrica. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 999/2011, da Comissão de Direitos Humanos, que solicita seja encaminhado à Promotoria de Justiça da Comarca de Vespasiano pedido de informações sobre as providências tomadas pelo Ministério Público com vistas a que seja cumprida a legislação no que se refere à construção da via de acesso à Empresa de Cimentos Liz, nesse Município, especialmente quanto à realização de audiência pública para esse fim, considerando-se as denúncias de possíveis irregularidades que têm gerado ameaças às condições de vida e violações dos direitos humanos dos moradores da região. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.001/2011, da Comissão de Defesa do Consumidor, que solicita seja encaminhado à Cemig pedido de providências para que envie a esta Casa balanço técnico relativo ao consumo irregular de energia elétrica no Estado, no qual conste o volume de energia elétrica furtada, o número de infrações apuradas e os prejuízos econômicos causados pela referida prática em 2010. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.123/2011, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.124/2011, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 98/2011, dos Deputados Elismar Prado e Almir Paraca, que dispõe sobre a obrigatoriedade de estabelecimentos que comercializam lâmpadas fluorescentes colocarem à disposição dos consumidores lixeira para a sua coleta quando descartadas ou inutilizadas. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 577/2011, do Deputado Gustavo Perrella, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pompéu os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 578/2011, do Deputado Gustavo Perrella, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Pompéu o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 16/8/2011*

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

* – Republicada em virtude de incorreção verificada na edição de 12/8/2011, na pág. 68, col. 3.



ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 16/8/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 469/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 785/2011, do Deputado João Leite; 851/2011, do Deputado Gilberto Abramo; 902/2011, do Deputado Duarte Bechir; 1.072 e 1.110/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.805/2011, do Deputado Dinis Pinheiro.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 16/8/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 866/2011, do Deputado Sebastião Costa, e 1.207/2011, do Deputado Gustavo Valadares.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 1.297/2011, do Deputado Jayro Lessa, e 1.299/2011, do Deputado Délio Malheiros.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 16/8/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Resolução nº 1.889/2011, do Deputado Gustavo Corrêa; Projetos de Lei nºs 1.247/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.495/2011, da Deputada Ana Maria Resende; 1.536/2011, do Deputado Paulo Lamac; 1.554/2011, do Deputado Anselmo José Domingos; 1.575/2011, do Deputado Paulo Lamac; 1.726/2011, do Deputado João Leite; 1.747/2011, do Deputado Tenente Lúcio; 1.789/2011, do Deputado Marques Abreu; 1.812/2011, do Deputado Délio Malheiros; 1.836/2011, do Deputado Elismar Prado e do Deputado Sargento Rodrigues; 1.861/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel; 1.886/2011, do Deputado Rogério Correia; 1.986/2011, do Deputado Marques Abreu.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 7/2011, do Deputado Elismar Prado; 872/2011, do Deputado Carlos Pimenta; 9 e 248/2011, do Deputado Elismar Prado; 278/2011, do Deputado Paulo Guedes; 384/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 439 e 440/2011, do Deputado Célio Moreira; 712/2011, do Deputado Wander Borges; 723/2011, do Deputado Délio Malheiros; 726/2011, do Deputado Gilberto Abramo; 746/2011, do Deputado Carlin Moura; 751/2011, do Deputado Wander Borges; 835/2011, do Deputado Carlos Pimenta; 848/2011, do Deputado Delvito Alves; 1.009/2011, do Deputado Dinis Pinheiro; 1.126 e 1.139/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.162/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.177/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.194/2011, da Deputada Rosângela Reis; 1.217 e 1.241/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.284/2011, do Deputado Gustavo Valadares; 1.317/2011, do Deputado Dilzon Melo; 1.336/2011, da Deputada Ana Maria Resende; 1.434 e 1.435/2011, da Deputada Rosângela Reis; 1.487/2011, do Deputado Fred Costa; 1.515/2011, do Deputado Gustavo Corrêa; 1.565/2011, do Deputado Hélio Gomes; 1.595/2011, do Deputado Elismar Prado; 1.631/2011, do Deputado Arlen Santiago; 1.692/2011, da Deputada Rosângela Reis; 1.716/2011, do Deputado Elismar Prado; 1.725/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 1.732/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.753/2011, do Deputado Délio Malheiros; 1.754/2011, da Deputada Maria Tereza Lara; 1.760/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 1.781 e 1.823/2011, do Deputado Fred Costa; 1.833/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 1.859/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel; 1.866/2011, do Deputado Fábio Cheram; 1.872/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.911/2011, do Deputado Rogério Correia e do Deputado Ulysses Gomes; 1.946/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel; 1.949/2011, do Deputado Elismar Prado; 1.966/2011, da Deputada Liza Prado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 611/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.460/2011, do Deputado Arlen Santiago; 1.511/2011, do Deputado Duarte Bechir; 2.054/2011, do Deputado Antônio Júlio; 2.081/2011, do Deputado Luiz Humberto Carneiro.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



**ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS
14H30MIN DO DIA 16/8/2011**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 898/2011, do Deputado Délio Malheiros; 1.281/2011, do Deputado Gustavo Valadares e 1.971/2011, do Deputado Tiago Ulisses.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 1.283/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel; 1.290/2011, do Deputado Duarte Bechir e 1.292/2011, do Deputado Duilio de Castro.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE,
COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª
LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 16/8/2011**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 765/2011, do Deputado Wander Borges; 955/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 634/2011, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 677 e 678/2011, do Deputado Sávio Souza Cruz; 970/2011, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; e 1.185/2011, do Deputado Leonardo Moreira.

Requerimento nº 1.293/2011, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO
DIA 16/8/2011**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 426/2011, do Deputado Sargento Rodrigues.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 1.284/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E
JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE
ÀS 15 HORAS DO DIA 16/8/2011**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Cássio Soares, Sargento Rodrigues e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 16/8/2011, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir o Plantão Regionalizado da Polícia Civil de Minas Gerais, em especial o impacto na prestação do serviço realizado pela Polícia Civil à população mineira, a sobrecarga de trabalho dos policiais civis e militares e a integração das duas polícias no Estado e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 2011.

João Leite, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização**

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Liza Prado e os Deputados Pompílio Canavez, João Leite e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão, para reunião de audiência pública com convidados, dia 19/8/2011, às 13 horas, na Câmara Municipal de Paracatu, com a finalidade de debater a atuação da Copasa-MG nesse Município e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 2011.

Almir Paraca, Presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 970/2011****Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas****Relatório**

De autoria do Deputado Luiz Humberto Carneiro, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo dar denominação à Rodovia LMG-738, que liga a sede do Município de Coromandel ao Distrito de Santa Rosa dos Dourados.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou preliminarmente a matéria e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 970/2011 tem como finalidade dar a denominação de José Salvador Calixto à Rodovia LMG-738, que liga a sede do Município de Coromandel ao Distrito de Santa Rosa dos Dourados

Natural do Município de Coromandel, o homenageado foi líder comunitário e produtor rural. Casou-se com Rita Eliza Calixto, com quem teve cinco filhos: Abílio Assunção Calixto e Ronan Alcântara Calixto, que seguiram o ofício do pai; João Batista Calixto, cientista de renome internacional; Ângela Maria Calixto Vassiliades, artista plástica responsável pelos mosaicos que encantam e embelezam o Município de Uberlândia; e Marlene Sebastiana Calixto, servidora pública estadual lotada na Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Estado de Minas Gerais.

Viveu na comunidade de Santa Rosa dos Dourados, onde foi referência de cidadão, pois sempre buscava o bem-estar de todos e ajudava os que necessitavam, fornecendo leite a crianças carentes ou abrigando famílias em sua fazenda.

Foi Juiz de Paz nos anos de 1954 e 1955. Posteriormente, ingressou na política, sendo eleito vereador para a Câmara Municipal de Coromandel por três mandatos.

Por exercer suas atividades com grande responsabilidade na defesa dos interesses da comunidade de Santa Rosa dos Dourados, está presente na memória de seus conterrâneos como pessoa, cidadão e figura política.

Por tais razões, consideramos meritória e oportuna a pretensão de se perpetuar o nome de José Salvador Calixto por meio da denominação pretendida pelo projeto de lei em análise.

Cabe ressaltar, por fim, que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem a finalidade de identificar corretamente a rodovia a ser nomeada, uma vez que se trata do trecho que liga o entroncamento da MG-188 ao Distrito de Santa Rosa dos Dourados, no Município de Coromandel.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 970/2011, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 2011.

Anselmo José Domingos, relator.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.268/2011**Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária
Relatório**

A proposição em epígrafe, de autoria do Deputado Gustavo Valadares e resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 160/2007, institui, no âmbito do Estado de Minas Gerais, as Áreas de Interesse Cultural, Turístico e Econômico - Aitecs.

Publicado no “Diário do Legislativo” de 28/4/2011, o projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça, de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo e de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Em análise preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da proposição, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou.

A Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, na análise de mérito, opinou pela rejeição do projeto.

Vem agora a esta Comissão para receber parecer quanto aos aspectos financeiros e orçamentários.

Fundamentação

A proposição pretende estabelecer no Estado as Áreas de Interesse Cultural, Turístico e Econômico - Aitecs. Conforme define o projeto, as Aitecs constituem áreas urbanas ou rurais cujas características possibilitem a conjugação de esforços do Estado, Municípios e demais entidades locais para promover ações relacionadas à cultura, turismo e desenvolvimento econômico. Os esforços conjuntos devem abarcar questões de segurança pública, saneamento básico, limpeza e conservação, instalação adequada aos visitantes, entre outras relacionadas aos objetivos das áreas. Ademais, as Aitecs seriam criadas por lei e formalizadas por meio de convênio com os Municípios e demais entidades representativas, competindo ao Estado a coordenação das ações, a direção e a fiscalização dos recursos humanos e materiais fornecidos pelos demais entes.

A Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da proposição, apresentando as Emendas nºs 1 e 2, que suprimem artigo inconstitucional do texto original e aprimoram a técnica legislativa.

A Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, por sua vez, opinou pela rejeição do projeto, fundamentando seu parecer em políticas públicas e normas estaduais que já tratam da finalidade a que se propõe o projeto de lei em análise.

Na mesma linha, em pedido de diligência encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura - SEC -, à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - Sede - e à Secretaria de Estado de Turismo - Setur -, a proposição recebeu um uníssono parecer negativo. A Sede e a Setur foram contrárias à aprovação do projeto uma vez que a proposição traz um arranjo que já vem sendo trabalhado no Estado, por meio da certificação dos Circuitos Turísticos instituídos pelo Decreto nº 43.321, de 2003.

De fato, os Circuitos Turísticos, integrantes do projeto estruturador Turismo Competitivo em Minas Gerais da área de resultados Rede de Cidades e Serviços, constituem atualmente o principal foco de atuação da Setur para o desenvolvimento turístico regional no Estado, estruturando-se em um arranjo muito próximo ao pretendido pelo autor. Os circuitos são entidades sem fins lucrativos, integradas por membros da sociedade civil e do poder público estadual e municipal. Existem no Estado 52 Circuitos Turísticos, sendo 42 associações de Circuitos Turísticos certificadas pela Setur. Segundo a secretaria, cada circuito engloba um “conjunto de Municípios de uma mesma região, com afinidades culturais, sociais e econômicas que se unem para organizar e desenvolver a atividade turística regional de forma sustentável, consolidando uma identidade regional.”

Assim, desde a implantação desse modelo, a Setur vem desenvolvendo suas ações de forma regionalizada a partir dos circuitos existentes, de acordo com as potencialidades e peculiaridades de cada destino, contando com a participação dos Municípios, da iniciativa privada e da comunidade local. Os circuitos recebem assim ações relativas à sinalização turística rodoviária, promoção do destino turístico, capacitação para o turismo, entre outras.

Desse modo, não se pode deixar de considerar, como aponta a Setur na Nota Técnica nº 07/2007, enviada a esta Casa, que “as possíveis ações e realizações propostas pelo Projeto de Lei nº 160/2007 são verificadas nos Circuitos Turísticos, sendo que a implantação de outro “procedimento” apenas ocasionaria novo e desnecessário ônus para os Municípios envolvidos”.

Do ponto de vista orçamentário, as ações pertinentes à regionalização do turismo e à provisão de investimentos destinados à recuperação ou valorização dos atrativos turísticos públicos podem ser vistas no quadro abaixo:

Execução de Despesa Orçamentária – Armazém Siafi

Ano	Ação	Descrição	Crédito Inicial	Crédito Autorizado	Despesa Realizada
2011	1057	Estratégia do Produto Turístico do Prodetur	3.029.912,00	3.059.079,90	0,00
2011	4245	Regionalização do Turismo	220.000,00	220.000,00	11.888,00

Consulta realizada em 8/8/2011

A intenção do autor já se encontra, portanto, satisfeita, sendo similar a ações de políticas públicas já consolidadas, uma das quais - Regionalização do Turismo - é referência na concepção de políticas públicas para o turismo, e que não trazem impacto financeiro e orçamentário às finanças públicas estaduais, uma vez que as autorizações de crédito já existem no orçamento vigente.

É fundamental enfatizar que a ação 1057 Estratégia do Produto Turístico da Prodetur é fundamentada no Programa Regional de Desenvolvimento do Turismo - Prodetur -, política pública federal que visa a organizar as intervenções públicas para o desenvolvimento da atividade turística, através de processos de planejamento das regiões turísticas. O escopo da ação estadual diz respeito ao investimento para a recuperação e a valorização dos atrativos turísticos públicos, através de ações direcionadas, por exemplo, a prover urbanização e qualificação de espaços urbanos destinados ao turismo e à construção de equipamentos turísticos. Além disso, a ação destina-se também a prover investimentos em infraestrutura e serviços básicos, como saneamento básico e drenagem urbana de áreas turísticas e construção e melhoria de terminais de passageiros.



Assim, entendemos que a vinda de um novo instrumento legal estabelecendo as áreas de interesse cultural, turístico e econômico não é oportuna e entraria em choque com os mecanismos já existentes na definição e gestão dos Circuitos Turísticos.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela rejeição do Projeto de Lei nº 1.268/2011.

Sala das Comissões, 10 de agosto de 2011.

Zé Maia, Presidente - Ulysses Gomes, relator - Doutor Viana - Gustavo Perrella - Romel Anízio.



COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

- O Sr. Presidente despachou, em 11/8/2011, a seguinte comunicação:

Do Deputado Gustavo Perrella, notificando sua ausência do País no período de 11 a 24/8/2011. (- Ciente. Publique-se.)



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

63ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 9/8/2011

O Deputado Gustavo Valadares* - Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, alguns assuntos me trazem à tribuna desta Casa na tarde de hoje, nesta terça-feira. Antes de iniciar meu pronunciamento, quero parabenizar V. Exa. Neste final de semana, passei pela cidade de Ibitiré, onde V. Exa. tem residência. Fiquei sabendo que, por intermédio de sua liderança e do seu irmão Toninho Pinheiro, a Lagoa da Petrobras, que é um ponto até turístico da cidade, está sendo despoluída com recursos da Prefeitura de Ibitiré e da Copasa - aliás, é com grata satisfação que venho transmitir isso aos demais colegas -, sem que um tostão seja investido pela Petrobras. Veja que incoerência, Sr. Presidente. Essa empresa é uma das maiores do mundo no setor petrolífero e uma das mais respeitadas do Brasil. No entanto, não investe sequer um tostão para despoluir uma lagoa de tamanha importância localizada em região de sua abrangência e ingerência, que é a Lagoa da Petrobras.

Parabenizo o Deputado Dinis Pinheiro e seu irmão Toninho Pinheiro, a Prefeitura de Ibitiré e a Copasa pelo trabalho que vêm desempenhando. Aliás, esse trabalho deveria ter a parceria e a cooperação da Petrobras, mas não tem, o que comprova, mais uma vez, a má vontade dessa empresa para com os mineiros e Minas Gerais.

Há um segundo assunto que me traz à tribuna - aliás, estão ali os Deputados Gustavo Correa e Jayro Lessa, que são votados também na nossa região do Vale do Rio Doce. Há aproximadamente um mês e meio fomos surpreendidos, Deputado Rômulo Viegas, com a criação de uma frente parlamentar em defesa dos interesses do Vale do Rio Doce e do Vale do Aço. (- Manifestação nas galerias.)

Estão misturados. Na verdade, trata-se de uma mesma frente parlamentar para defender os interesses desse conglomerado de Municípios. Essa frente parlamentar colheu a assinatura apenas de alguns Deputados votados na região, deixando de fora o Deputado Gustavo Correa... (- É interrompido.)

O Sr. Presidente - Por gentileza, gostaria de contar com a colaboração dos senhores e das senhoras visitantes, solicitando que prestem atenção ao pronunciamento do Deputado Gustavo Valadares. (- Manifestação nas galerias.)

Reitero encarecidamente, de forma cordial, que os senhores e as senhoras prestem atenção ao pronunciamento do Deputado Gustavo Valadares. Sejam bem-vindos. A Casa é da sociedade mineira, ou melhor, é de vocês. Agora, em hipótese nenhuma a Presidência abdicará do respeito à Casa do povo.

O Deputado Gustavo Valadares* - Retomando o tema, Sr. Presidente, essa frente parlamentar foi criada à revelia de alguns Deputados que são votados na região, como é o meu caso, o dos Deputados Gustavo Correa e Jayro Lessa. Essa tal frente parlamentar, que não representa a totalidade da região, está ou estará, daqui a alguns minutos, encontrando-se com o Governador do Estado.

Mas é bom que fique claro o meu posicionamento, dividido com o Deputado Gustavo Correa e, tenho certeza, com o Deputado Jayro Lessa. Essa frente parlamentar não terá condições de trazer resultados práticos após sua criação, em virtude de uma situação muito simples: não há como defender, numa mesma frente parlamentar, interesses de regiões de realidades diferentes. O Vale do Aço vive uma realidade completamente diferente da realidade vivida pelos demais Municípios do Vale do Rio Doce. Quando fui empossado nesta Casa, em fevereiro de 2003, meu primeiro ato foi elaborar um estudo, junto à assessoria desta Casa, à assessoria do meu gabinete, à assessoria do gabinete do ex-Deputado e hoje Vice-Governador Alberto Pinto Coelho e ao Deputado Bonifácio Mourão, o qual recebeu o nome de "A quebra de um tabu". Apresentamos esse estudo ao Governador do Estado, à época Aécio Neves, mostrando a ele que, enquanto não desvinculássemos a região do Vale do Rio Doce da região do Vale do Aço, não conseguiríamos transmitir ao ente federado Estado de Minas Gerais a realidade dos Municípios do Vale do Rio Doce. Por que, Deputado Rômulo Viegas? Antes de lhe conceder aparte, gostaria de concluir. É apenas porque o Vale do Aço vive uma realidade muito diferente. Lá há grandes empresas que fazem com que a arrecadação dos Municípios seja infinitamente superior à dos demais Municípios do Vale do Rio Doce. Consequentemente, mesmo com alguns desvios de conduta de antigos Prefeitos, a realidade dos índices sociais da região do Vale do Aço é muito superior à dos índices do restante dos Municípios da região.

Quando estudados o Vale do Rio Doce e o Vale do Aço juntos, os índices sociais do Vale do Rio Doce são maquiados pelos elevados índices do Vale do Aço. Então, há uma distorção, levando o Estado a acreditar que a região do Vale do Rio Doce é uma região rica,



que tem índices sociais elevados, o que não é verdade. Então, faço, primeiro, um protesto, porque essa frente parlamentar deveria ter recolhido assinatura de todos os parlamentares votados naquela região, coisa que não foi feita. Alguns foram excluídos. Em segundo lugar, faço um apelo àquele que hoje lidera: que reconsidere a frente parlamentar, que crie uma frente parlamentar para o Vale do Aço e uma para o Vale do Rio Doce, regiões que têm realidades completamente distintas. Levaremos essa proposta adiante, para mostrar ao governo do Estado que precisamos desvincular um Vale do outro, para, assim, tratarmos claramente a realidade das duas regiões. Hoje há Municípios do Vale do Rio Doce com realidades que chegam a ser piores, Deputado Bosco, que a de Municípios do Norte de Minas e dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. Porque a estes, desde o primeiro dia do governo Aécio, a Secretaria criada à época, a Secretaria Extraordinária do Desenvolvimento do Norte de Minas, do Jequitinhonha e do Mucuri tem atendido muito bem. Tentamos, em 2003, incluir nessa Secretaria os Municípios do Vale do Rio Doce e uma parte dos Municípios da região central. A nossa luta tem o objetivo de mostrar ao Estado de Minas Gerais que o Vale do Rio Doce não tem nem vive a mesma situação que vive a região do Vale do Aço. Tomara que um dia venha a viver, mas hoje a realidade é outra.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)* - Muito obrigado, Deputado Gustavo Valadares. Realmente, seu pronunciamento nos faz refletir sobre a importância do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI -, que está chegando a esta Casa. Pelas informações dos técnicos, temos a certeza de que ele, agora, está privilegiando uma política mais regionalizada. Acredito que as frentes parlamentares são extremamente válidas, mas elas nunca terão autonomia em relação às decisões do Plenário, do Parlamento, que tem como norte, como referência e como bússola o PMDI, com visão até 2013. De fato, seu pronunciamento vem, de forma expressiva, apresentar as diferenças sociais nas várias regiões, e os indicadores mostram isso. Esse plano vai ajudar a nós e a V. Exa., que está muito preocupado com esse aspecto.

No primeiro assunto abordado por V. Exa., faz-se alusão à Petrobras no que diz respeito à possibilidade de ela fazer os investimentos na área de turismo. Lamentavelmente, vimos pela mídia o que está havendo no Ministério de Turismo. Uma onda de denúncias graves de corrupção assola vários Ministérios do governo federal, a qual evidentemente, está gerando sérios problemas no atendimento de demandas da sociedade. A Petrobras, como principal estatal do governo federal, deveria, sim, rever essa posição e destinar mais recursos para atender às solicitações, não apenas as determinadas pelos programas do governo federal, mas sobretudo as dos Deputados Federais e dos Senadores. Esperamos que o governo federal fique livre dessa enxurrada, desse entulho de denúncias herdado do governo anterior, para que possa atender principalmente aos anseios da população mineira. Parabéns pelo pronunciamento!

O Deputado Gustavo Corrêa (em aparte)* - Deputado Gustavo Valadares, quero apenas fazer das suas as minhas palavras. Há cerca de três meses, fui surpreendido com um livrinho distribuído nesta Casa informando que havia sido criada uma frente parlamentar de apoio ao Vale do Aço e ao Vale do Rio Doce. Na ocasião, tive oportunidade de ver os Municípios que estavam listados nessa frente. Fui pego de surpresa, como V. Exa., que tão bem representa a região e dedica grande parte da sua atividade política a ela, trabalhando para melhorar cada vez mais a vida dos que ali habitam e vivem, ao não ver meu nome, nem o de V. Exa., nem o de tantos outros Deputados que trabalham pela região. Quero ressaltar que sabemos, exatamente como V. Exa. expôs, que as diferenças entre o Vale do Aço e o Vale do Rio Doce são imensas. No Vale do Aço temos uma concentração de grandes empresas, que acabam gerando enormes recursos para o Estado, cujas Prefeituras têm condições de investir recursos provenientes dos impostos que cada vez mais recebem. Sabemos que grande parte dos Municípios do Rio Doce enfrentam problemas iguais aos dos Municípios dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e do Norte de Minas.

Portanto, faço das suas as minhas palavras. Apelo ao Deputado que lidera essa frente parlamentar - não é a primeira vez que peço isso em público - que nos inclua como representante dessa frente. Assim, teremos a certeza de que poderemos juntos trabalhar por essa região. Parabéns a V. Exa. pelo pronunciamento! Tenho a certeza de que, em breve, haverá dias melhores para o povo do Vale do Rio Doce.

O Deputado Gustavo Valadares* - Agradeço a V. Exa. o aparte. Volto ao assunto, que é interessante e triste ao mesmo tempo, comentado pelo Deputado Rômulo Viegas. Já estamos com a Copa do Mundo de 2014 batendo às nossas portas, e os dois Ministérios mais importantes, que deveriam estar à frente desse processo a fim de construir um legado para nós, brasileiros, estão paralisados por denúncias de corrupção.

Primeiro, o Ministério dos Transportes. Para nós, mineiros, isso não é novidade. O processo de duplicação da BR-381 está completamente parado; o processo de duplicação do anel rodoviário também está parado; nem mesmo a maquiagem que foi proposta pelo Ministério dos Transportes para a BR-040, no trecho de Belo Horizonte a Barbacena, vem sendo feita; há excesso de mortes nas rodovias; enfim, o Ministério dos Transportes está totalmente parado. Mas essa situação não ocorre só com ele.

Hoje nos surpreendemos com a mesma situação no Ministério do Turismo, que tem ascendência sobre a Infraero, que na minha opinião é, com o DNIT, dos órgãos mais incompetentes e inoperantes do governo federal, por conta da clara necessidade do povo brasileiro de ver seus aeroportos modernizados, com vistas a atender ao fluxo de passageiros brasileiros que transitam diariamente nos aeroportos do País e de turistas estrangeiros que já estão vindo para cá e que virão em maior número para a Copa de 2014 e para as Olimpíadas de 2016. É com muita tristeza que vemos isto: os dois Ministérios que deveriam estar à frente do processo de condução do País para um novo tempo, para novos dias, são os que já se encontram paralisados.

Veja, Deputado Rômulo, que quem assumiu o Ministério dos Transportes foi o Secretário Executivo da pasta, alçado ao cargo de Ministro porque havia dito que nada sabia e que nenhum envolvimento tinha com as denúncias de corrupção feitas a seu antecessor. Mas hoje foi preso o Secretário Executivo do Ministério do Turismo, porque vive o dia a dia desse Ministério por vezes até mais do que o próprio titular da pasta. Então, é bom que fique claro que a vontade do nosso partido, Deputado Jayro Lessa, do DEM, é que também se investigue o atual Ministro dos Transportes, que era Secretário Executivo do ex-Ministro Alfredo Nascimento quando se fizeram as denúncias de corrupção. E hoje, repito, foram presos o Secretário Executivo do Ministério do Turismo e outros funcionários.

Esta é a situação do governo federal: os órgãos, entidades e pastas que deveriam estar conduzindo o Brasil para um novo tempo são os que estão fazendo o País andar até 20 anos para trás. Infelizmente, esse é o retrato do governo da Presidente Dilma. Obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Maria Tereza Lara* - Sr. Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, demais Deputados e Deputadas desta Casa, colegas professores, professoras, educadores, boa tarde. No último final de semana, encontrei-me com o Deputado Federal Odair Cunha, que me disse que estavam para ser votados na Câmara Federal recursos para a construção de escolas em regiões que sofreram com as chuvas, mesmo no Rio de Janeiro. Mas, com todo o respeito aos colegas Deputados, o DEM é que não queria votar esses recursos, porque essa proposta era do governo federal. Normalmente, não sou de fazer confrontos desta tribuna, mas, como estamos vendo os colegas deixarem de lado os problemas de Minas para falar do PT e da nossa Presidente Dilma, acho que temos de mostrar também as contradições. Assim, repito, esse governo tem priorizado principalmente a construção de escolas técnicas federais, que, para ficar só na nossa proximidade, estão sendo construídas em Contagem e Betim. O governo determina o investimento em creches, realmente, e estabeleceu que o piso salarial seja aplicado em todo o País. Sabemos que nenhum país consegue avançar sem investir na educação. Após a Segunda Guerra Mundial, o Japão chegou a investir 52% do seu PIB em educação e conseguiu superar os sofrimentos e dificuldades por que passou durante a guerra. Sabemos que na prática isso não é fácil, mas estamos convencidos de que, para avançarmos e superarmos a crise internacional, o caminho é verdadeiramente a educação.

Há mais ou menos 15 anos, um decreto do governo federal, à época de Fernando Henrique, acabou com as escolas técnicas federais. Sou professora do ensino médio, função que exercia à época, e, ao vir para esta Casa, em 1999, 2000, a maior fila em nossos gabinetes era para pedir bolsa de estudos. Os jovens, que não tinham escolas técnicas profissionalizantes nem recursos para fazer um curso superior, estavam desesperados.

É lógico que temos muito mais a avançar agora. No entanto, até 2009, já tínhamos 700 mil jovens no Brasil fazendo curso superior com bolsa de estudos do ProUni por meio do Enem. Portanto, temos de analisar esses fatos.

Gostaria de abordar outra questão sobre o governo federal. Durante a campanha, a primeira mulher Presidente pontuou como prioridade o combate à miséria e disse que, para isso, todas - ou quase todas - as suas ações têm sido pontuadas com o objetivo de investimento em escolas técnicas e creches. Afinal, é preparando os jovens profissionalmente que conseguiremos vencer a miséria. Na verdade, a miséria já diminuiu muito, mas ainda é grande em nosso País. Porém, não temos condições de resolver problemas de 500 anos em 1 ano apenas.

Tendo em vista essas questões, aproveito a presença dos nossos colegas e da TV Assembleia para dizer a todos que sou professora aposentada e trabalhei durante 25 anos em escola pública estadual. Gostaria ainda de lembrar os nossos colegas que temos só até amanhã para fazer a opção entre o subsídio e o piso salarial. Conforme orientação do Sind-UTE, devemos fazer a opção pelo piso para não ficarmos prejudicados. Espero que aqueles que nos veem pela TV Assembleia possam estar realmente tomando essa decisão. Temos aqui o "site" do Sind-UTE: www.sindutemg.org.br. Se alguém tiver dúvida, comunique ao sindicato, ligue, passe "e-mail", peça informações e tome a decisão consciente.

Como estava falando aqui o nosso líder, Deputado Rogério Correia, que tem acompanhado permanentemente a questão da greve da nossa categoria, o momento é importante demais. De fato, precisamos de uma negociação. Para que os nossos jovens e crianças não tenham prejuízos, temos de nos assentar para conversar, pois vivemos em uma democracia. O nosso Governador é professor, então é preciso... (- Manifestação nas galerias...) Pois é, como ele é professor, não pode ter a atitude que está tendo. Sua atitude não é de um professor, então, ele tem de... (- Manifestação nas galerias.) Tudo bem. Os colegas estão dizendo que ele não é professor, mas o meu questionamento é que, se ele se diz professor, teria de assentar e fazer uma negociação. O que o nosso Bloco Minas sem Censura tem defendido é exatamente isso: que possamos resolver esse impasse por meio de uma negociação para não prejudicar - como o Governador fala na televisão que prejudicará - os estudantes. O não prejuízo é assentar-se para, por intermédio de uma negociação, resolver o impasse. É isso que estamos arduamente defendendo nesta Casa. Inclusive o nosso bloco da Oposição ficou dois meses sem votar nenhum projeto do governo com o intuito de fazer uma pressão positiva para que houvesse essa negociação. Infelizmente até hoje... (- Manifestação nas galerias.)

Gostaria de frisar que amanhã é o último prazo para resolver essa questão. A orientação do nosso sindicato é que todos possam optar pelo piso salarial e participem efetivamente do movimento. Mais uma vez faço um apelo a esta Casa e a todos os colegas Deputados e Deputadas, para que possamos ajudar em tudo que for possível - alguns já estão fazendo isso -, para que haja verdadeiramente uma negociação em alto nível, atendendo às reivindicações da nossa categoria da educação.

Vocês estão organizados, reivindicando direitos legítimos. Esta Casa tem esse papel. Vocês estão de parabéns pela presença, por trazer reivindicações legítimas. Se não se faz isso, a coisa cai no esquecimento. Então vocês têm de estar permanentemente de plantão até que isso se resolva. Muitos vieram de longe. Não é fácil, sabemos disso, mas é necessário e importante. O Deputado Rogério Correia está ali com o cofrinho arrecadando as contribuições de apoio aos grevistas.

Quero aproveitar a oportunidade para dizer que hoje, durante toda a manhã, estive em visita ao Centro de Internação Santa Clara, nesta cidade, no caminho de Sabará, onde adolescentes são internados porque praticaram atos infracionais. Sabemos também do nosso compromisso educacional com esses jovens, adolescentes, que necessitam de apoio. Aliás as famílias precisam de apoio profissional para superar essas questões. Estamos discutindo com representantes da OAB e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Betim a necessidade de se construir um centro de internação para atender esses jovens. Estava lá também o Pe. Toninho, que acompanha de perto a nossa situação, até mesmo a do Ceresp. Então quero deixar isso registrado. O acompanhamento dos adolescentes é também uma questão educacional, sobretudo as atividades socioeducativas, para que não precisemos internar nenhum adolescente. Quantas famílias estão desestruturadas por aí, necessitando desse apoio. Esse centro é modelo, e precisando da ampliação de equipamentos, para o atendimento de nossos adolescentes.



Esta semana foi realizada em Betim a Feira da Paz, que foi um sucesso, felizmente. Noventa por cento são jovens, Deputado Rogério Correia, que precisam e têm direito também ao lazer, para aproveitarem a juventude. Além de participar de “shows”, também participaram de momentos de reflexão, de palestras. Encerrando, faço um apelo, mais uma vez, Deputado Rogério Correia, Líder do Bloco Minas sem Censura, para que haja, de fato, uma negociação, e acabe esse impasse, porque a educação é importante para o avanço de qualquer sociedade, em qualquer país do mundo. Assim está se fazendo no Brasil. É preciso que Minas Gerais também garanta, por meio de uma negociação, que os nossos jovens voltem à escola.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputada Maria Tereza Lara, mais uma vez quero parabenizá-la e agradecer pelo comportamento que V. Exa. tem tido no Bloco Minas sem Censura. É uma das nossas grandes companheiras, está na Assembleia Legislativa realizando esse trabalho, intervindo sempre em favor do nosso povo, com uma atuação voltada também para Betim. Comprovamos a eficácia da sua atuação. Então quero parabenizá-la pelos temas expostos, até o da educação. Para completar o que V. Exa. já expôs, quero dizer que ontem realizamos uma reunião em solidariedade aos professores em greve. Na verdade, não é uma solidariedade apenas com os professores em greve, mas com a educação pública. A educação pública vive um momento em que os professores, mobilizados, denunciam ao País o fato de Minas Gerais não cumprir a lei nacional do piso salarial e, por se comportar dessa forma, traz prejuízos enormes à educação no Estado. Já é o segundo ano consecutivo de greve, e isso precisa de solução.

O movimento social ontem teve a presença de todos os sindicatos das áreas rural e urbana - foi uma reunião importante dos movimentos sociais. Conclamamos o governo do Estado a que tenha espírito de negociação com os professores em greve, e não um espírito beligerante de quem quer derrotar uma categoria porque ela ousou mobilizar-se. O sentimento constante dessa reunião é que deveríamos prestar solidariedade real aos professores, que não seria correto vislumbrar ou ver o governo tomar medidas como a anunciada hoje, de substituição de professores em greve por outros.

Em nome do Bloco Minas sem Censura, fiquei incumbido de duas tarefas nessa reunião - digo tarefas porque estão relacionadas à educação. A primeira é buscar junto ao Presidente da Casa e à Assembleia Legislativa uma abertura real de negociação. Tenho certeza de que o Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, ajudará essa nossa comissão - o Deputado Bosco também faz parte da comissão, como Presidente da Comissão de Educação -, tenho certeza de que teremos sucesso nesse canal de intermediação, de negociação. Então, fiquei com a incumbência de fazer esse debate. A segunda tarefa é fazer um apelo ao povo de Minas para solidarizar-se com os professores em greve. Uma forma simbólica é pedir uma contribuição ao povo de Minas Gerais para o fundo de greve, que agora será até para socorrer professores em situação difícil por causa do corte de salários, até com a compra de cesta básica.

Tenho este cofrinho aqui hoje; agradeço aos Deputados a contribuição. Faremos a doação daqui a pouco na Assembleia, mas deixo também aos telespectadores da Assembleia Legislativa o nosso pedido de apoio à luta dos professores, contribuindo com R\$1,00, com sua solidariedade ou mandando um “e-mail” ao Governador pedindo abertura de negociação, pedindo ao Deputado da região que apoie a luta dos professores. Queremos que o povo de Minas Gerais seja solidário com as professoras e os professores e com a educação pública no Estado.

Muito obrigado pelo aparte, Deputada Maria Tereza Lara, que tem sempre contribuído com a educação e com a luta dos trabalhadores mineiros.

A Deputada Maria Tereza Lara* - Obrigada, Deputado Rogério Correia.

Deputado Bosco, ontem estivemos em uma visita na Creche Cantinho do Amor, não é? V. Exa., por estar nessa comissão e por ser tão preocupado também com a questão da educação, certamente tem dado sua contribuição. Temos esperança de que será possível resolver esse impasse. A visita de ontem foi importante. É necessário somarmos forças para resolvermos, de fato, esse impasse, que prejudica muito a educação pública do nosso Estado. É preciso que sejam reabertas as negociações e que seja resolvida essa questão da greve, atendendo-se as reivindicações da nossa categoria.

O Deputado Bosco (em aparte) - Deputada Maria Tereza Lara, serei breve porque sei que o tempo de V. Exa. está praticamente esgotado. Primeiro, quero agradecer-lhe a companhia no dia de ontem. Visitamos a Creche Cantinho do Amor, que fica na região do Barreiro, e verificamos de perto a situação da entidade.

Por outro lado, também cumprimento os profissionais da educação que se encontram presentes. Quero dar um testemunho, como Presidente da Comissão de Educação, do empenho desta Casa e sobretudo do Presidente, Deputado Dinis Pinheiro. Esta Casa e a Comissão de Educação não têm medido esforços para restabelecer o diálogo entre o Sindicato e o governo, porque entendemos que o caminho mais curto para solucionar um conflito é o do diálogo.

Aproveito, Deputado Rogério Correia, para cumprimentá-lo, porque antes do recesso parlamentar V. Exa. foi muito feliz com uma proposição, que foi acatada pela Casa. Foi constituída uma comissão especial para, durante o recesso, dar sequência à negociação entre o Sindicato e o governo. O primeiro passo foi dado pelo governo a pedido desta Comissão. O governo fez ao Sindicato uma proposta, segundo a qual, se a greve fosse suspensa até o dia 20 passado, os dias não seriam cortados. (- Manifestação nas galerias.) Gostaria de dizer aos senhores e às senhoras, com todo o respeito que temos pela categoria, que é necessário também... Entendemos isso, a questão do piso foi exposta aqui, mas temos uma lei complexa.

Deputado Rogério Correia, o primeiro passo do governo foi dar uma sinalização positiva. Portanto é preciso que o Sindicato também se posicione positivamente para facilitar o restabelecimento da negociação. Então, gostaria de dizer, Deputada Maria Tereza, que nós, da Comissão de Educação, estamos agindo com responsabilidade a fim de colaborarmos para o término da greve. É preciso que o Sindicato também dê uma sinalização positiva para que possamos agir como intermediadores, por meio da Assembleia e buscar uma solução para esse impasse. Muito obrigado. É o que eu tinha a dizer.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 8/8/11, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Fabiano Tolentino

exonerando, a partir de 16/08/2011, Jocélia Maria Silva Campos do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Kelly Jacqueline Maciel Pinto para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Presidência.

Na data de 8/8/11, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e de acordo com a Lei nº 15.014, de 15/1/04, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, 5.195, de 4/7/00 e 5.310, de 21/12/07, assinou os seguintes atos:

exonerando, a pedido, a partir de 15/08/2011, Marina Mota Silva do cargo efetivo de Analista Legislativo – na especialidade de Jornalista, padrão VL-45, classe I, código AL-AN, do Quadro de Pessoal desta Secretaria;

nomeando Ana Alvarenga Moreira para o cargo efetivo de Procurador, padrão VL-44, classe I, código AL-PR, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 6º lugar no concurso público;

nomeando Rodrigo Machado de Oliveira para o cargo efetivo de Procurador, padrão VL-44, classe I, código AL-PR, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 7º lugar no concurso público;

nomeando Flávio Geraldo Anselmo Júnior para o cargo efetivo de Analista Legislativo, na especialidade de Jornalista, Área IV – Repórter de Rádio, padrão VL-44, classe I, código AL-AN, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 3º lugar em concurso público;

nomeando Louraidan Larsen Faria para o cargo efetivo de Analista Legislativo, na especialidade de Jornalista, Área I – Assessor de Imprensa, padrão VL-44, classe I, código AL-AN, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 8º lugar em concurso público;

nomeando Karina Costa Carvalho de Paula para o cargo efetivo de Analista Legislativo, na especialidade de Bibliotecário, padrão VL-44, classe I, código AL-AN, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 9º lugar em concurso público.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, 5.195, de 4/7/00, e 5.310, de 21/12/07, e da Lei nº 15.014, de 15/1/04, assinou os seguintes atos, considerando a Decisão da Mesa de 16/2/09, tomada com base, entre outros fundamentos, na recomendação da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Patrimônio Público, expedida em 9/2/09, decorrente do procedimento investigatório nº 0024.08.000.499-7, e do inquérito policial nº 0024.08.240.194-4 em tramitação na Vara de Inquéritos da Capital, assegurada a reserva de nove vagas dentre as sessenta previstas no edital nº 1/07 para o cargo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, observando-se que o inquérito policial nº 0024.08.240.194-4 deu ensejo à ação penal nº 0024.08.240.194-4 em curso na 9ª Vara Criminal da Comarca de Belo Horizonte:

nomeando Daniel Henrique Lima para o cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-31, classe I, código AL-TE, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 151º lugar em concurso público;

nomeando Olaf Schyra para o cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-31, classe I, código AL-TE, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 152º lugar em concurso público;

nomeando Rubens Alexandre Malta Quirino para o cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-31, classe I, código AL-TE, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 153º lugar em concurso público;

nomeando Alisson Gonçalves Costa para o cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-31, classe I, código AL-TE, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 154º lugar em concurso público;

nomeando Cibelle Benevides para o cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-31, classe I, código AL-TE, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 155º lugar em concurso público;

nomeando Adriana Coelho de Oliveira para o cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-31, classe I, código AL-TE, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 156º lugar em concurso público;

nomeando Maria Carolina Cogiola Falcão para o cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-31, classe I, código AL-TE, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 157º lugar em concurso público;



nomeando Anna Carolina de Oliveira Azevedo para o cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-31, classe I, código AL-TE, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 158º lugar em concurso público;

nomeando Alessandra Spadano Massara Vasconcelos para o cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-31, classe I, código AL-TE, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 159º lugar em concurso público;

nomeando Manuela Colares Chaves para o cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-31, classe I, código AL-TE, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 160º lugar em concurso público;

nomeando Christiane Costa Reis Pereira para o cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-31, classe I, código AL-TE, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 161º lugar em concurso público;

nomeando Paula Fernandes Furbino Bretas para o cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-31, classe I, código AL-TE, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 162º lugar em concurso público;

nomeando Blenda Ribeiro Netto Miranda para o cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-31, classe I, código AL-TE, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 163º lugar em concurso público;

nomeando Pablo de Freitas Melo para o cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-31, classe I, código AL-TE, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 164º lugar em concurso público;

nomeando Marcelo Cardoso Rodrigues Machado para o cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-31, classe I, código AL-TE, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 165º lugar em concurso público;

nomeando Evania Franca Soares para o cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-31, classe I, código AL-TE, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 166º lugar em concurso público.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2011

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 48/2011

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 30/8/2011, às 14h30min, pregão eletrônico, por meio da internet, do tipo menor preço, tendo por finalidade a contratação de empresa para prestação de serviços de tráfego de dados para acesso à internet móvel 3G.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos “sites” www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Apoio ao Processo Licitatório da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2011.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 69/2011

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 75/2011

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 29/8/2011, às 14h30min, pregão eletrônico, através da internet, do tipo menor preço, tendo por finalidade a aquisição de mesas de som amplificadas.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos “sites” www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Apoio ao Processo Licitatório da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, BH-MG, no horário das 8h30min às 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar sua reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2011.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.



TERMO DE CONTRATO

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Associação Unificada de Recuperação e Apoio - Aura. Objeto: doação de bem móvel declarado inservível. Vigência: a partir da data da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Associação Cultura & Vida - Asculvida. Objeto: doação de bens móveis declarados inservíveis. Vigência: a partir da data da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Associação dos Moradores do Distrito Campestrinho. Objeto: doação de bem móvel inservível. Vigência: a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Associação Projeto Cultura e Vida. Objeto: doação de bens móveis inservíveis. Vigência: a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE RESOLUÇÃO DE CONVÊNIO

Primeira conveniente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segunda conveniente: Município de Visconde do Rio Branco. Objeto: transmissão do sinal da TV Assembleia. Objeto deste termo: resolução, por mútuo consentimento, do Termo de Convênio CNV nº 52/2011, tendo em vista a plena vigência do Termo de Convênio nº 16/2011, com idêntico objeto. Vigência: 30 dias a contar da assinatura.